

Influências na Educação Física

Adalberto Ferreira Junior
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Adalberto Ferreira Junior

(Organizador)

Influências na Educação Física

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

143 Influências na educação física [recurso eletrônico] / Organizador Adalberto Ferreira Junior. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-85107-92-5

DOI 10.22533/at.ed.925180212

1. Educação física – Estudo e ensino. I. Ferreira Junior, Adalberto.

CDD 613.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os profissionais de Educação Física devem compreender as diversas áreas de conhecimento, principalmente as ciências humanas e biológicas. Sendo assim, adquirir uma ampla fundamentação teórica é de extrema importância, tanto para a formação profissional quanto para sua aplicação no campo de atuação.

A obra “Influências na Educação Física” é um e-book composto por 35 artigos científicos, dividido em duas partes. A primeira intitulada “Aspectos das ciências humanas e suas contribuições com a Educação Física” apresenta reflexões sobre diversas temáticas como aspectos históricos, processo ensino-aprendizagem, epistemologia, psicologia, entre outros. A segunda parte intitula-se “Aspectos relacionados a saúde e empreendedorismo e suas contribuições com a Educação Física” e apresenta reflexões com ênfase na atividade física, saúde pública, qualidade de vida, epidemiologia empreendedorismo e promoção da saúde.

Este e-book reúne autores de todo o Brasil e de várias áreas do conhecimento. Os artigos abordam assuntos de extrema importância na Educação Física construindo assim um referencial sólido e diversificado, visando disseminar o conhecimento e promover reflexões sobre os temas investigados.

Por fim, desejo a todos uma excelente leitura

Adalberto Ferreira Junior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

A CRÍTICA DO COLONIALISMO NAS AMÉRICAS COMO PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA NOS ESTUDOS DOS JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ

Fábio Souza Vilas Boas

Thelmo de Carvalho Teixeira Branco Filho

Romeu Araujo Menezes

Francisco Eduardo Torres Cancela

DOI 10.22533/at.ed.9251802121

CAPÍTULO 2 8

A EDUCAÇÃO FAMILIAR DE ATLETAS DA REGIÃO DOS LAGOS E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ESCOLHA ESPORTIVA E DE VIDA

Ricardo de Mattos Fernandes

Alexandre Motta de Freitas

Pedro Souza Alcebiádes

DOI 10.22533/at.ed.9251802122

CAPÍTULO 3 21

A ESCOLA PROMOVENDO UM PROCESSO CIVILIZADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eliane Maria Morriesen

Juliane Retko Urban

Débora Barni de Campos

Antonio Carlos Frasson

DOI 10.22533/at.ed.9251802123

CAPÍTULO 4 30

A IMPORTÂNCIA DO XADREZ COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

André Barbosa de Lima

Roberto Nobrega

DOI 10.22533/at.ed.9251802124

CAPÍTULO 5 41

ANÁLISE DOCUMENTAL DOS TRABALHOS ACADÊMICOS PUBLICADOS E EM ANDAMENTO OBTIDOS POR MEIO DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO RUAS DE LAZER NA COMUNIDADE DA VILA DA BARCA NA CIDADE DE BELÉM-PA

Alex Anderson Braga Gonçalves

Luiz Leopoldino Gonçalves Neto

Paulo Victor Nascimento Torres

Maria De Nazaré Dias Bello

Mariela De Santana Maneschy

DOI 10.22533/at.ed.9251802125

CAPÍTULO 6 47

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA VIA DE MÃO DUPLA?

Lígia Maria Bacelar Schuck Vicenzi

André Ribeiro da Silva

Vânia Lurdes Cenci Tsukuda

Maikel Schuck Vicenzi

Eldernan dos Santos Dias

Guilherme Lins de Magalhães

Jitone Leônidas Soares

DOI 10.22533/at.ed.9251802126

CAPÍTULO 7	58
COMPARATIVO ENTRE O PERFIL DE DESENVOLVIMENTO MOTOR DE ESCOLARES REPETENTES E NÃO REPETENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Judite Filgueiras Rodrigues</i>	
<i>Carla Vasconcelos De Menezes</i>	
<i>Eder Menuzzi</i>	
<i>Lucas Kemmerich Dornelles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9251802127	
CAPÍTULO 8	66
DESENVOLVIMENTO DO BEISEBOL NO BRASIL	
<i>Montenegro Barreto Jesús José</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9251802128	
CAPÍTULO 9	79
IMPLEMENTATION OF THE TEACHING PERSONAL AND SOCIAL RESPONSIBILITY MODEL THROUGH PHYSICAL ACTIVITY: A PILOT STUDY	
<i>Fábio Duarte Almeida</i>	
<i>Rosiane Karine Pick</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9251802129	
CAPÍTULO 10	88
INICIAÇÃO ESPORTIVA E ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE: ALGUMAS PREOCUPAÇÕES	
<i>Euarda Fernanda Schorne Marques</i>	
<i>Carlos Kemper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021210	
CAPÍTULO 11	96
INVESTIGANDO O E-SPORT: UMA NOVA TENDÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS	
<i>Vilmar Rodrigues dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021211	
CAPÍTULO 12	103
O CONTEÚDO ESPORTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO SER	
<i>Vânia Lurdes Cenci Tsukuda</i>	
<i>André Ribeiro da Silva</i>	
<i>Lígia Maria Bacelar Schuck Vicenzi</i>	
<i>Maikel Schuck Vicenzi</i>	
<i>Guilherme Lins de Magalhães</i>	
<i>Eldernan dos Santos Dias</i>	
<i>Roberto Lister Gomes Maia</i>	
<i>Jitone Leônidas Soares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021212	
CAPÍTULO 13	110
O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A ERA DIGITAL: FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA APRENDIZAGEM DISCENTE	
<i>Greici Fior</i>	
<i>Carmem Scorsatto Brezolin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021213	

CAPÍTULO 14..... 122

O ENSINO DO CONTEÚDO DANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DIREITO, CONHECIMENTOS E POSSIBILIDADES

Welyza Carla da Anunciação Silva

Ronaldo Silva Júnior

Nilza Cleide Gama dos Reis

Antonio José Araujo Lima

DOI 10.22533/at.ed.92518021214

CAPÍTULO 15..... 133

O HISTÓRIO DA DANÇA E SUA IMPORTÂNCIA COMO UM DIREITO SOCIOCULTURAL ENQUANTO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Welyza Carla da Anunciação Silva

Ronaldo Silva Júnior

Nilza Cleide Gama dos Reis

Antonio José Araujo Lima

DOI 10.22533/at.ed.92518021215

CAPÍTULO 16..... 142

O LEGADO AXIOLÓGICO DOS MEGAEVENTOS: APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO PSICOLÓGICA DOS VALORES ESPORTIVOS

Vinícius Bozzano Nunes

DOI 10.22533/at.ed.92518021216

CAPÍTULO 17..... 151

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS MODALIDADES DE COMBATE

Cesar Augusto Barroso de Andrade

Danilo Bastos Moreno

João Airton de Matos Pontes

DOI 10.22533/at.ed.92518021217

CAPÍTULO 18..... 164

PERSPECTIVAS PARA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM DUAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE

Giselly dos Santos Holanda

Paula Roberta Paschoal Boulitreau

Rafaelle De Araújo Lima e Brito

Samara Rúbia Silva

Marcelo Soares Tavares de Melo

DOI 10.22533/at.ed.92518021218

CAPÍTULO 19..... 175

PRAÇAS: ESPAÇOS DE LAZER E SOCIABILIDADE EM BARRA DO GARÇAS-MT

Brenda Rodrigues da Costa

Minéia Carvalho Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.92518021219

CAPÍTULO 20..... 190

TERRITÓRIO, IDENTIDADE, LAZER E JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ

Fábio Souza Vilas Boas

May Waddington Telles Ribeiro

Paulo Rogério Lopes

DOI 10.22533/at.ed.92518021220

CAPÍTULO 21	206
A DANÇA COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES	
<i>Wéveny Bryan da Silva Correia</i>	
<i>Morgana Alves Correia da Silva</i>	
<i>Lara Colognese Helegda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021221	
CAPÍTULO 22	215
A SATISFAÇÃO DE CLIENTES E O PROCESSO DE FIDELIZAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DO FITNESS	
<i>Christian Pinheiro Da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021222	
CAPÍTULO 23	225
ANÁLISE DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO EMPREENDEDOR EM UMA ESCOLA DE ESPORTES NO DISTRITO FEDERAL	
<i>Kaê Fialho Coura</i>	
<i>Lucas Alves Oliveira</i>	
<i>Francielly Martins Prado</i>	
<i>Alexandre Lima de Araújo Ribeiro</i>	
<i>Américo Pierangeli Costa</i>	
<i>Leonardo Lamas Leandro Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021223	
CAPÍTULO 24	232
ATRIBUIÇÕES E IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE PÚBLICA	
<i>Gildiney Penaves de Alencar</i>	
<i>Maria da Graça de Lira Pereira</i>	
<i>Thiago Teixeira Pereira</i>	
<i>Cristiane Martins Viegas de Oliveira</i>	
<i>Camila Souza de Moraes</i>	
<i>Gabriel Elias Ota</i>	
<i>Fabiana Maluf Rabacow</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021224	
CAPÍTULO 25	239
AVALIAÇÃO DA AGILIDADE COM ADOLESCENTES DE 13 A 16 ANOS PRATICANTES DE MODALIDADES ESPORTIVAS	
<i>Álvaro Luis Pessoa de Farias</i>	
<i>Divanalmi Ferreira Maia</i>	
<i>Marcos Antonio Torquato de Oliveira</i>	
<i>Mailton Torquato de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021225	
CAPÍTULO 26	246
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE PREENSÃO MANUAL EM PRATICANTES DE ARTES MARCIAIS	
<i>Ricardo Clemente Rosa</i>	
<i>Fabrcio Fatarone Brasilino</i>	
<i>Pedro Jorge Cortes Morales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021226	

CAPÍTULO 27	254
ELETROMIOGRAFIA E A FADIGA MUSCULAR: ANÁLISE DA COMPREENSÃO DE ALUNOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO	
<i>Raissa Cristina Pereira</i>	
<i>Neila Maria Mendes Borges</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021227	
CAPÍTULO 28	270
IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO APARELHO LOCOMOTOR QUE ACOMETEM OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL	
<i>Rayssa Lodi Mozer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021228	
CAPÍTULO 29	281
LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	
<i>Rafaela Trindade do Ó Caminha</i>	
<i>Maria do Livramento Silva Bitencourt</i>	
<i>Edienne Rosângela Sarmiento Diniz</i>	
<i>Davanice dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021229	
CAPÍTULO 30	289
LEVANTAMENTO PRELIMINAR DO QUANTITATIVO DE ARTIGOS QUE APRESENTEM A PRÁTICA DA DANÇA DE SALÃO APLICADA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Manuela Trindade Almeida</i>	
<i>Natália Silva da Costa</i>	
<i>Alanna Carolinne da Silva</i>	
<i>Peterson Marcelo Santos Yoshioka</i>	
<i>Mariela de Santana Maneschy</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021230	
CAPÍTULO 31	295
OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<i>Alana Simões Bezerra</i>	
<i>Lindalva Priscila de Sousa Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021231	
CAPÍTULO 32	304
OS EFEITOS DA HIDROGINÁSTICA NA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS	
<i>Matheus Jancy Bezerra Dantas</i>	
<i>José Roberval de Melo Júnior</i>	
<i>Tháisa Lucas Filgueira Souza Dantas</i>	
<i>Paulo Victor dos Santos</i>	
<i>Julliane Tamara Araújo de Melo Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021232	
CAPÍTULO 33	315
PREVALÊNCIA DE DTM E HÁBITOS PARAFUNCIONAIS EM ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
<i>Mathaus Andrey Cândido Custódio</i>	
<i>Anderson Santos Carvalho</i>	
<i>Washington Rodrigues</i>	
<i>Luis Carlos Nobre de Oliveira</i>	
<i>Ana Paula Nassif Tondato da Trindade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92518021233	

CAPÍTULO 34..... 324

PREVALÊNCIA DE INATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS EM UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

Elayne Silva de Oliveira
Francisca Bruna Arruda Aragão
Zilane Veloso de Barros
Camilla Silva Gonçalves
Cíntia Sousa Rodrigues
Emanuel Péricles Salvador

DOI 10.22533/at.ed.92518021234

CAPÍTULO 35..... 333

RELEVÂNCIA DO TREINAMENTO DE FORÇA E SUAS VARIÁVEIS NOS MAIS DIVERSOS OBJETIVOS

Gildiney Penaves de Alencar
Maria da Graça de Lira Pereira
Thiago Teixeira Pereira
Cristiane Martins Viegas de Oliveira
Camila Souza de Moraes
Gabriel Elias Ota

DOI 10.22533/at.ed.92518021235

SOBRE O ORGANIZADOR 342

A ESCOLA PROMOVENDO UM PROCESSO CIVILIZADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eliane Maria Morriesen

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Ponta Grossa - PR

Juliane Retko Urban

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Ponta Grossa – PR

Débora Barni de Campos

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Ponta Grossa - PR

Antonio Carlos Frasson

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Ponta Grossa – PR

RESUMO: O presente artigo buscou analisar a legislação atual que discorre sobre inclusão, em especial a inclusão de pessoas surdas. Para a comunidade surda em idade escolar o melhor arranjo metodológico é estar em escolas para surdos durante o turno principal e a inclusiva no contraturno. A grade curricular obrigatória de todas as escolas possui a disciplina de Educação Física que contribui como uma ferramenta para a socialização e o desenvolvimento biopsicomotor dos alunos. O objetivo desse artigo é debater a importância da prática da atividade física entre os surdos e suas peculiaridades na

escola, bem como a importância da inclusão para mediar estas discussões e o olhar da sociedade que, bem direcionado, auxilia a comunidade surda na inserção nos diversos grupos e instituições sociais. A metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza básica e exploratória. Conclui-se que a sociedade amadurecida, em pleno terceiro milênio, discute o tema inclusão de surdos e a prática de esportes, mas poucas ações efetivamente tornam possíveis as práticas de educação física para essa comunidade. Para que esses pleitos aconteçam, é de suma relevância e interesse de toda sociedade o investimento na formação dos docentes de maneira continuada para que professores possibilitem observar suas práxis e se reelaborem de forma criativa e apropriada, pois são responsáveis por preparar os seus alunos para os desafios da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Inclusiva. Ensino para Surdos. Educação Física para Surdos.

ABSTRACT: The present article searched analyze the current legislation that broach about inclusion, specially the deaf people inclusion. To the deaf community talking about school age the best methodological arrangement is being in deaf schools during the main turn and the inclusive in the extracurricular activities. The obligatory curriculum of all schools have the Physical Education subject that contributes as

a socialization and student's biopsychomotor development instrument. This article purpose is debate the inclusion importance to mediate this discussions and the society's view that, well directed, helps the deaf community in the diverse groups and social institutions insertion. The methodology used was the basic nature and exploratory research. It is conclude the developed society, in the middle of the third Millennium, discuss the deaf inclusion and sports practice theme, but little effective actions made the physic education practice possible to this community. To let this lawsuit happen, it is total relevance and interest of all society the investment in the teacher formation in a continuous form to the teacher' possibility to observe their students and their praxis, and overwork in a creative and appropriated form, because they are responsible by preparing their students to the modernity challenges.

KEYWORDS: Inclusive School. Deaf Education. Deaf Physical Education.

1 | INTRODUÇÃO

A educação deve estar ao alcance de todos independente de etnia, gênero, idade, deficiência ou qualquer outra variante e a escola deve ser o ambiente completo para que o processo aconteça com perfeição. Todas as disciplinas escolares devem ter um norteador inclusivo com alcance de saberes igualitários, não sendo diferente para a disciplina de Educação Física. “Somos iguais perante a lei”, é o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.1). Entretanto, existem alguns grupos na sociedade que necessitam de uma maior atenção, devido a sua vulnerabilidade. E dentre esses grupos, podemos incluir as pessoas com deficiência (PcD's). E essas pessoas necessitam, como os demais inseridos na sociedade, de uma boa formação.

Para Silva (2006), processo de exclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais é tão antigo quanto à socialização do homem. A estrutura das sociedades desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de necessidades educacionais especiais, marginalizando-os, escondendo-os e os privando de liberdade. Essas pessoas sem direitos, sem respeito, sem atendimento sempre foram alvo de atitudes preconceituosas. Observam-se ainda nos dias de hoje, nas literaturas clássicas e mesmo na história do homem esse pensar discriminatório, pois se torna mais fácil prestar atenção aos impedimentos do que aos potenciais e as capacidades de tais pessoas.

Dentro das minorias que lutam pela igualdade de direitos, seja em sua comunidade sejam em instituições como a escola, existem os surdos. De acordo com Sá (2011), para a comunidade surda em idade escolar, o melhor arranjo metodológico funcional é o composto entre a articulação entre a educação preponderante, fundamental em escolas para surdos durante o turno principal e a inclusiva no contraturno.

Ainda não é comum observar nas escolas esta disposição física e pedagógica,

sendo observado frequentemente os alunos surdos em salas de aulas regulares com os(as) intérpretes, sendo estes assegurados como direito adquirido aos surdos por lei.

Para corroborar com todo esse processo de inclusão, a grade curricular obrigatória possui a disciplina de educação física que além de servir como uma ferramenta importante de socialização, contribui para o desenvolvimento biopsicomotor dos alunos (ALVES, *et al.*, 2014).

O objetivo desse artigo é debater a importância da prática da atividade física entre os surdos e suas peculiaridades na escola, a importância da inclusão para mediar estas discussões e o olhar da sociedade que, bem direcionado, auxilia a comunidade surda na inserção nos diversos grupos e instituições sociais.

2 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos últimos anos percebem-se educadores, pais, movimentos nacionais e internacionais na busca pelo consenso para uma educação inclusiva, promovendo e implementando nas escolas a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o direito fundamental à educação, tendo a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Tendo assim, acesso a escola regular.

Na perspectiva de Montoan (1997), a educação inclusiva é uma proposta de política pública de educação para todos, segundo a qual os alunos devem estudar numa escola única, sem divisões, categorizações, modalidades de ensino. A educação inclusiva deve entrar pela escola regular, para que haja inclusão, o ensino especial deve ser absorvido pelo ensino regular, mas a escola tem de passar por um processo de transformação para atender a todos.

Escolas regulares que possuam orientação inclusiva e constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criam uma comunidade acolhedora com vínculos e afeto. Para isso é preciso organizar programas de treinamento para os docentes e estudantes durante sua graduação, pois serão estes docentes os responsáveis pela inclusão, facilitando assim o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Vigotsky (2004), o único educador capaz de formar novas reações no organismo é a sua própria experiência. Só aquela relação que ele adquiriu na experiência pessoal permanece efetiva para ele. É por este motivo que a experiência pessoal do educando se torna base principal do trabalho pedagógico.

Segundo Perrenoud (1997, p.32) o professor que reavalia seu trabalho, cria centros de interesse, atividades extras, jogos, pesquisas, trabalhos coletivos e oficinas variadas, não só tem outras atitudes, mas também um sistema de trabalho mais aberto. Ele ainda diz:

Seja qual for o grau de seleção prévia, ensinar é confrontar-se com um grupo heterogêneo. Ensinar é ignorar ou reconhecer estas diferenças, sancioná-las ou tentar neutralizá-las, fabricar o sucesso ou insucesso através da avaliação informal e formal, construir identidade e trajetórias.

Conforme Kassar (2006), a preocupação com a educação especial no Brasil, ganha visibilidade a partir de 1961 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº4.024/61), a qual determinou nos artigos 88 e 89 sobre a educação dos excepcionais, garantindo, desta forma, o direito à educação.

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9496/96) buscou melhorias específicas para esse público. A inclusão de PcD's está disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, no capítulo V, fala sobre a educação especial. Em específico o **Art. 59**:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

3 | EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE SURDA

Com a inclusão da comunidade surda nas esferas educacionais, o sistema educacional vem passando por mudanças e adaptações para acolher este público que, até então, muito raramente encontrava-se em sala de aula.

A atual fundamentação da educação dos surdos na legislação brasileira teve um

longo percurso que se aperfeiçoou ao longo dos anos, transcorrendo leis, resoluções e portarias para assegurar os direitos dos surdos. À medida que se descobria a cultura surda, e por esta a língua de sinais, a legislação foi-se ampliando (MAINIEIRI, 2011; PERLIN e STROBEL, 2008).

Na Constituição Brasileira de 1967 há alguns artigos assegurando aos surdos o direito de receber educação. Em 1973 com a criação do Centro Nacional de Educação Especial o governo brasileiro deu mais atenção ao ensino desta população específica, trabalho antes delegado às organizações não governamentais (ONGs).

Os documentos já citados no artigo são alguns frutos da organização da sociedade civil, em busca dos direitos dos seus componentes com necessidades especiais. Entre as legislações especificamente voltadas para a demanda da clientela surda, tem-se o direito ao uso de sinais, refletindo na Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Outra importante contribuição trouxe o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que institui aos surdos o ensino da língua de sinais. O decreto trouxe importantes inovações para a fundamentação da educação de surdos, inclusive identificando-os como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais (PERLIN e STROBEL, 2008).

De acordo com os ensinamentos de Perlin e Strobel (2008), paralelamente a esta legislação surge um contraste marcante onde alguns conflitos se situam em diferentes contextos teóricos como a educação especial que acompanha a teoria moderna; o bilingüismo fruto da teoria crítica e o uso de língua de sinais e cultura surda fruto desta teoria cultural. Não obstante as diferentes concepções que levam a avanços ou recuos, os surdos brasileiros estão bem protegidos por leis que servem de fundamentos à educação.

Estes fundamentos foram solidificados com o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que intensifica estas afirmações e as regulamenta, inclusive tornando obrigatório o uso de língua de sinais não somente aos surdos, mas também aos professores que os atendem bem como motivando a presença de interpretes (PERLIN e STROBEL, 2008). Com a promulgação da lei nº 12.319, em 1º de setembro de 2010, regulamentou-se a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Entre seus artigos cita-se:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Atualmente a comunidade surda está amparada por três principais leis que não somente regem as normas de conduta para as instituições de ensino, mas também auxiliam na inclusão em meio à sociedade civil. Estas legislações ainda são muito recentes no Brasil e muitas outras determinações ainda deverão ser feitas para que cada vez mais a pessoa surda tenha condições e direito de ser respeitado e atendido em sua língua materna.

4 | INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O acolhimento a todas as pessoas é atualmente um discurso recorrente, quer seja por parte do Estado que promulga e executa as leis que abarcam os excluídos da sociedade ou por modismo do ‘politicamente correto’ que as instituições vêm-se na obrigação de apregoar.

Porém para que a inclusão seja efetiva, sobretudo na área de educação física, há que se eliminar algumas barreiras ainda existentes e continuamente sensibilizar e conscientizar todas as esferas que circundam os surdos e os ouvintes com intuito de mostrar que a educação inclusiva já não é mais “apenas” um direito, e sim uma ordem legal por conta de políticas públicas (ALVES, *et al.*, 2013).

Para alunos ouvintes, uma sugestão a se trabalhar a inclusão do colega surdo é a prática de esportes simulando situações em que eles são privados momentaneamente (parcialmente) e voluntariamente da audição. Pode ser utilizado protetores auriculares, por exemplo e assim praticarão a alteridade, com a empatia pelo outro, com a percepção das necessidades que o colega tem. Desta forma talvez possibilite-se construir uma dimensão mais próxima da real e então gradativamente conseguir-se-á a sensibilização necessária para a mudança de mentalidade e edificação da sociedade

escolar equânime.

A Educação Física Escolar, num passado recente, apresentou um compromisso maior com a eficiência que com a cooperação social e desenvolvimento integral dos alunos. Deste modo, torna-se ainda mais relevante e desafiador tratar de inclusão de surdos na prática de esportes, pois grande parte das escolas preparadas para receber alunos surdos nas aulas de educação física comportam a classe média ou média alta (ALVES, *et al.*, 2014).

O papel da Educação Física (EF) não se restringe ao ganho de rendimento em atividades cardiovasculares e as tendências da moda, como aumento de massa muscular. Bom exemplo da função psicossocial da EF pode ser demonstrada nas parolimpíadas, onde os atletas puderam superar seus limites e aumentar a autoestima.. De acordo com Strapasson e Carniel (2007), a EF desempenha uma função no desenvolvimento global dos alunos, sobretudo daqueles com deficiência, que alcança desenvolvimentos afetivo, social e intelectual. A EF então trata o aluno sem desigualdades, auxiliando na auto-estima, na confiança mais elevada por meio da possibilidade criada pelo professor de execução das atividades e assim então, conseqüentemente, a efetiva inclusão.

(...) a democratização e universalização das oportunidades devem ser pensadas de maneira real, de acordo com a realidade, sem atos paternalistas ou protecionismos, mas buscando de fato, o respeito pelas diferenças. Não significa facilitar as condições de acesso à educação, lazer, moradia e saúde para os deficientes, mas na realidade, trata-se de oferecer condições ideais de igualdade. Pensar nesse panorama é acreditar na capacidade potencial de aprender e produzir conhecimentos, de pessoas com formas diferentes de se relacionar com o mundo e com o saber; é conhecer, concretamente, que existe o princípio da universalização (ALVES, *et al.*, 2013, p. 194).

A EF então não deve ser tratada sempre como uma atividade competitiva que vincula o aluno ao rendimento esportivo e a técnica pela técnica, pois ela se torna excludente. Afasta os menos habilidosos, deixando de cumprir seu papel de formação integral dos seres humanos envolvidos (ALVES, *et al.*, 2013, p. 196).

5 | METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza básica, pois visa entrar em contato com o assunto sem aplicar questionários ou estudos de caso de cunho prático, mas sim teórico.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.34), a pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto aos objetivos, a metodologia deste trabalho se enquadra como exploratória pois busca entrar em contato com mais familiaridade com a investigação acerca do assunto a torná-lo mais claro a comunidade científica. Conforme Gerhardt e Silveira

(2009, p.35), “a grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico”. que é exatamente a pesquisa que tem como procedimento técnico a ser descrito no próximo parágrafo.

O levantamento bibliográfico faz uma busca apurada da literatura disponível e pertinente ao assunto para alicerçar as discussões acerca do tema.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo deve ser norteado por práticas inclusivas, ou seja, não é somente matricular e inserir o aluno na sala de aula, e sim fazer com que o conhecimento a ser transmitido interaja com a realidade do aluno, a partir da sua linguagem e assim desenvolver as capacidades necessárias para a sua formação.

Há muita discussão em torno do tema inclusão de surdos e a prática de atividades física e pouca ação finalizada para que torne possível a educação física para esta comunidade tão singular.

Alves *et al.* (2013), relatam que atividades como ginástica, dança e lutas transmitem comportamentos e sentimentos que além de propiciar a prática da educação física de indivíduos com deficiência, subsidiam o sujeito no processo civilizador.

Para a estruturação e organização de uma escola realmente inclusiva faz-se necessário a capacitação continuada para que o docente se perceba e reelabore sua práxis observando a demanda que chega aos seus cuidados e prepare cidadãos com igual qualidade para diferentes desafios que o mundo contemporâneo exige.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tássia Pereira et al. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 65-78, 2014.

ALVES, Tássia Pereira et al. Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 3, p. 192-204, 2013.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217^a (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direito-do-cidadão/declaração-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em Out/15

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em Out/15.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. **Desenvolvimento E Aprendizagem de Alunos Surdos: Cognitivo, Afetivo E Social**. IESDE BRASIL SA, 2011.

MONTOAN, Maria T. E. (org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon: Senac, 1997.

PERLIN, G. STROBEL, K. L. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC (2008). Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/fundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf Acesso em: 10 mai. 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas na profissão docente e na formação**. Perspectivas sociológicas. 2 ed. Lisboa/Portugal: Dom Quixote, 1997.

SÁ, Nídia de. **Surdos: qual escola?** 22 ed. Manaus: Valer e Educa, 2011.

SILVA, Alessandra Frizzo da. Uma sociedade inclusivista para as famílias portadoras de membros com necessidade especial. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, 2006.

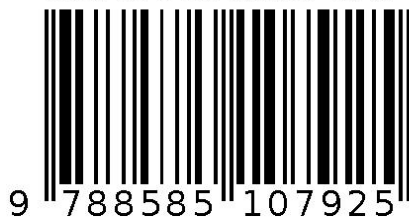
STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL, Franciele. A educação física na educação especial. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano, v. 11, 2007.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Tesis_Strobel_20082.pdf. Acesso em: 01 mai. 2016.

STROBEL, K. L. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 02 mai. 2016.

VITGOSKY, Lev-Semenovich. **Psicologia pedagógica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-92-5



9 788585 107925